

A HIERARQUIA DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: A TESE DE SUPRALEGALIDADE

Paulo Haendel Oliveira de Freitas¹

RESUMO

Este artigo analisa a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal no que diz respeito à hierarquia dos tratados de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro. Para o trabalho, foi utilizada a metodologia de análise documental – Constituição Federal de 1988, tratados internacionais, assim como livros e artigos de autores renomados. Examinaram-se a relevância atribuída aos direitos humanos no cenário internacional e a preocupação da Constituição Federal em se adequar aos acordos internacionais. Adicionalmente, foram analisadas as correntes doutrinárias concernentes à hierarquia dos tratados de direitos humanos no Brasil, em especial as teses de constitucionalidade e de supralegalidade, debatidas pelos ministros da Corte Suprema. Após reflexão, conclui-se que o Supremo Tribunal Federal, no entendimento jurisprudencial, adotou posição cautelosa ao mudar o *status* dos tratados de direitos humanos de legal para supralegal, e não para constitucional.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Hierarquia. Tratados internacionais. Tratados de direitos humanos. Incorporação. Supralegalidade.

¹ Servidor público federal, lotado atualmente na Assessoria de Relações Internacionais do Superior Tribunal de Justiça. Trabalhou no Banco Mundial, em diversas funções, e realizou estágio na Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores e no Departamento de Comércio dos Estados Unidos.

ABSTRACT

This study analyzes current case law of the Supreme Federal Court in regards to the hierarchy of human rights within the Brazilian legal system. The document analysis methodology was used in the study – the Federal Constitution of 1988, international treaties, as well as books and articles of renowned authors. The human rights relevance in the international scenario and the Federal Constitution's concern with adapting to international treaties were taken into consideration. In addition, legal doctrines strands related to the hierarchy of human rights treaties in Brazil, especially the thesis of constitutionality and supra-legality, discussed by the Supreme Court's justices, were analyzed. After some reflection, one might conclude that the Supreme Federal Court, as for case law, has adopted a more cautious position when changing human rights treaties status from legal to supra-legal, and not to constitutional.

Keywords: Human Rights. Hierarchy. International Treaties. Human Rights Treaties. Incorporation. Supra-legality.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a proteção dos direitos humanos aumentou, significativamente, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, não foi diferente, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que institucionalizou os tratados de direitos humanos no país.

O objetivo do presente trabalho é analisar a hierarquia desses tratados no ordenamento jurídico brasileiro após a Emenda Constitucional n. 45 de 2004 e, de modo específico, examinar a jurisprudência firmada no Recurso Extraordinário 466.343-SP, de 2008, no sentido de estabelecer a supralegalidade dos tratados de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro.

Questiona-se, nesse trabalho, se a tese de supralegalidade dos tratados de direitos humanos é a que melhor se enquadra no ordenamento jurídico brasileiro, que vem se abrindo de forma lenta e gradual ao direito internacional público.

Para alcançar esses objetivos, serão analisadas, além da crescente importância dos direitos humanos, as quatro vertentes doutrinárias acerca da hierarquia dos tratados que tratam do tema, a saber: de supraconstitucionalidade, de constitucionalidade, de infraconstitucionalidade e, enfim, a de supralegalidade.

Espera-se demonstrar com este estudo que os direitos humanos têm adquirido, nos últimos anos, importância crescente no Brasil desde a Carta Magna de 1988. Além disso, essa pesquisa mostrará a relevância da interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) com relação aos tratados de direitos humanos para a efetivação dos dispositivos dessas convenções internacionais no regime jurídico do Brasil.

O presente trabalho foi, então, estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentam-se o conceito, as características e o processo de internacionalização dos direitos humanos, assim como formalização desses direitos por meio de tratados internacionais. No segundo capítulo, discutem-se a institucionalização dos direitos humanos no Brasil e os posicionamentos doutrinários a respeito da hierarquia dos tratados dessa matéria no arcabouço normativo brasileiro. O terceiro capítulo, enfim, ocupa-se de analisar tanto a jurisprudência quanto as críticas à decisão da Corte Suprema.

1. OS DIREITOS HUMANOS

1.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

O termo direitos humanos possui diversas definições, sendo, inclusive, devido a sua amplitude, objeto de polêmicas (PORTELLA, 2010, p. 615); essencialmente, no entanto, significa direitos básicos de todos os seres humanos, que têm como marca a universalidade, a indivisibilidade e interdependência (MAZZUOLI, 2002, p. 227).

De uma forma mais completa, os direitos humanos podem ser conceituados como:

Um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, buscam concretizar as exigências da dignidade, da liberdade, da igualdade, da fraternidade e da solidariedade humanas. (BATISTA; RODRIGUES; PIRES, 2009, p. 15).

Valerio Mazzuoli (2002, p. 227) apresenta as seguintes características dos direitos humanos – em relação à titularidade, natureza e princípios: 1) são titulares dos direitos humanos todas as pessoas, independente, portanto, das circunstâncias de sexo, raça, religião, afinidade política, *status* econômico, social ou cultural; 2) são, por natureza, fundamentais, tendo por conteúdo os valores supremos do ser humano e prevalência da dignidade humana; 3) são direitos de natureza moral, cuja natureza independe de qualquer ato normativo; 4) derivam de três princípios: o da inviolabilidade, da autonomia e da dignidade humana; 5) são irrenunciáveis; portanto, nem seu próprio titular pode renunciá-los; 6) são inalienáveis, não permitindo a desinvestidura por parte de seu titular; 7) são imprescritíveis, não se perdendo no tempo; 8) por fim, são inexauríveis, havendo, portanto, a possibilidade de expansão desses direitos.

Para Robert Alexy (apud AMARAL JÚNIOR, 2010), são cinco as principais características dos direitos humanos: 1) são universais em relação aos seus titulares e destinatários; 2) são direitos morais, pois podem ser justificados perante aqueles que aceitam a norma; 3) são direitos preferenciais, já que desfrutam de posição privilegiada no ordenamento jurídico existente; 4) São direitos fundamentais ao compreender interesses e carências essenciais do ser humano; 5) e são direitos abstratos, os quais necessitam de instâncias encarregadas de promovê-las juridicamente.

Costuma-se também dividir os direitos humanos em três gerações, levando em conta o momento histórico que inspirou sua criação. A primeira geração refere-se aos direitos de liberdade, sendo os primeiros a constarem em textos constitucionais, a saber, os direitos civis e políticos. A segunda geração corresponde aos direitos da igualdade, expressos por meio dos direitos sociais, econômicos e culturais, bem como os direitos coletivos. Os direitos de terceira geração, enfim, são aqueles embasados no princípio da fraternidade, como o direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade. Além dessas gerações, há referência a uma quarta geração de direitos humanos, que seria resultado da globalização dos direitos fundamentais, a exemplo dos direitos à democracia, à informação e do pluralismo (MAZZUOLI, 2012).

Para o jurista Maurício Corrêa:

[...] os Direitos Humanos não representam o conteúdo de algumas normas de um país. Não constituem abstrações jurídicas que se invocam nos tribunais para fazer brilhar a Justiça. Não se resumem a sentimentos

universais, inscritos no coração dos homens, a revelar seu fundamento teórico, sem os tornar uma efetiva e concreta realidade para todos os componentes do corpo social. [...] Sua plena efetivação extrapola as medidas jurídicas restritas ao âmbito das instituições do Estado e exige da sociedade, da comunidade, de cada cidadão permanentes conscientização e mobilização. (CORRÊA, 1996, p.30).

Corrêa finaliza seu pensamento afirmando que “a efetivação dos Direitos Humanos somente assume inteiro alcance num contexto marcado pela cooperação e pela solidariedade, vividas não apenas no interior de cada sociedade, mas também em termos universais” (1996, p.30).

Nesse sentido, além da conceptualização e características dos direitos humanos, é importante analisar o processo de internacionalização dos instrumentos que cuidam do tema em questão.

1.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A normatização internacional dos direitos humanos foi resultado de um processo gradual de internacionalização e universalização desses direitos.

Valeio Mazzuoli (2002) leciona que, durante boa parte da primeira metade do século XX, a humanidade vivenciou duas de suas maiores guerras. Em decorrência das atrocidades cometidas durante esses períodos, os direitos humanos constituem atualmente um dos temas principais do direito internacional contemporâneo. O mesmo autor acrescenta que, “no atual contexto em que nos encontramos, o fato da globalização e o consequente estreitamento das relações internacionais, principalmente em face do assustador alargamento dos meios de comunicação e do crescimento do comércio internacional” (MAZZUOLI, 2002, p. 212).

Não há dúvidas de que as discussões acerca dos direitos humanos ganharam maiores proporções a partir de 1945², ano que se encerrou a Segunda Guerra Mundial – marcada por inúmeros desrespeitos aos direitos básicos do homem – e a criação da Organização das Nações Unidas (AMARAL JÚNIOR, 2010, p. 440). Francisco Rezek (2010, p. 225) também compartilha da mesma opinião, ao

² Embora não seja objeto deste trabalho, faz-se necessário destacar que, desde o século XIX, há uma preocupação com os direitos e garantias básicas inerentes à condição humana em conflitos armados. O ramo do Direito Internacional Público que se ocupa com essa temática é o Direito Internacional Humanitário, o qual não se confunde com o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

afirmar que “até a fundação das Nações Unidas, em 1945, não era seguro afirmar que houvesse preocupação consciente e organizada sobre o tema dos direitos humanos”.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, prevê que “todo homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados”. Essa afirmação destaca a importância da institucionalização dos direitos humanos para a ordem interna e internacional. “O que se fez, na verdade, foi evidenciar a existência de um direito à institucionalização dos direitos humanos que atinge, indiscriminadamente, o âmbito doméstico e as relações internacionais” (AMARAL JÚNIOR, 2010, p. 442).

Ainda de acordo com Alberto Amaral Júnior:

Definiu-se que a ordem interna e internacional deve assentar-se em valores que compõem o seu núcleo axiológico fundamental. A concretização desses valores é fonte de legitimidade da ordem jurídica e condição necessária para que as potencialidades humanas desabrochem. Este é, pois, um direito a uma ordem específica que proteja e tutele os direitos humanos. Ademais, o direito à institucionalização pertence a todos, sem distinção de raça, sexo ou religião. Não é uma concessão ou privilégio atribuído a indivíduos específicos ou a algumas nações. (AMARAL JÚNIOR, Alberto, 2010, p. 442).

Dessa forma, a proteção dos direitos humanos não se restringe à competência nacional. Trata-se de interesse internacional, cujo principal instrumento de expressão são os tratados internacionais assinados pelos Estados.

1.3 OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

Conforme Alberto Amaral Júnior (2010, p. 441), a Declaração Universal dos Direitos Humanos iniciou a fase de positivação e universalização dos direitos humanos, tornando possível, pela primeira vez, o consenso de maior parte dos Estados acerca de valores fundamentais ao ser humano. Tal positivação se revestiu na instituição de normas jurídicas protetoras dos direitos humanos.

Na mesma linha de pensamento, Flávia Piovesan (2013, p. 50), afirma que “a Declaração Universal dos Direitos Humanos introduz a concepção contemporânea de direitos humanos, pela qual os direitos humanos passam a ser concebidos como uma unidade interdependente, inter-relacionada e indivisível.” Conforme a autora (2013), a partir dessa Declaração começou-se a desenvolver o

Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante adoção de tratados internacionais.

Tratado internacional, conforme a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, significa “um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional”. Os tratados de direitos humanos, por sua vez, podem ser conceituados da seguinte forma:

Atos internacionais que reconhecem positivamente um conjunto de faculdades em cada momento histórico, buscam concretizar as exigências da dignidade, da liberdade, da igualdade, da fraternidade e da solidariedade em todos os níveis, protegendo a pessoa humana, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional e carregado de um inequívoco cosmopolita (BATISTA; RODRIGUES; PIRES, 2009, p. 20-21).

Observe-se que os tratados de direitos humanos, diferentemente dos tratados internacionais em geral, têm como objetivo a salvaguarda dos direitos do ser humano, e não das prerrogativas dos Estados (PIOVESAN, 2011, p. 117). A partir da década de 1970, contudo, verifica-se que os direitos humanos encontram-se difusos nos tratados que tratam de temáticas relativas ao bem estar da coletividade, como meio ambiente, internet e combate ao terrorismo. Verifica-se, portanto, que, com o decorrer do tempo, amplia-se a abordagem desses tratados.

Feita essa análise dos tratados de direitos humanos no âmbito internacional, a próxima seção tratará da evolução dos tratados de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro.

2. OS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

2.1 REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Entre 1964 e 1984, o Brasil esteve sob o comando de um regime militar. Somente a partir de 1985, iniciou-se o processo de democratização do país, sendo necessária a elaboração de um novo texto constitucional com o fim de remodelar o pacto político-social. O resultado desse trabalho foi a Constituição Federal de 1988 (PIOVESAN, 2011, p. 75-76).

Conforme Flávia Piovesan (2011; 2013), os direitos humanos ganham relevo a partir da Carta de 1988, situando-se como documento mais abrangente e pormenorizado sobre os direitos nunca adotados no Brasil. Entre as inovações trazidas pelo novo texto incluem-se elevação do valor da dignidade humana a princípio fundamental da Carta, a prevalência dos direitos humanos como princípio orientador das relações internacionais do país e a ampliação dos direitos e garantias fundamentais.

Além dessas inovações constantes na nova Constituição – que se constituem como fatores importantes para a ratificação de tratados internacionais de direitos humanos –, Flávia Piovesan (2013, p. 56) acrescenta ainda a necessidade do Estado brasileiro de reorganizar sua agenda internacional. “Esse esforço se conjuga com o objetivo de compor uma imagem mais positiva do Estado brasileiro no contexto internacional, como país respeitador e garantidor dos direitos humanos” (PIOVESAN, 2013, p. 56).

Nesse mesmo sentido, Gilmar Mendes argumenta que:

Há disposições da Constituição de 1988 que remetem o intérprete para realidades normativas relativamente diferenciadas em face da concepção tradicional do direito internacional público. Deve-se fazer referência, especificamente, a quatro disposições que sinalizam para uma maior abertura constitucional ao direito internacional e, na visão de alguns, ao direito supranacional.

A primeira cláusula consta do parágrafo único do art. 4º, que estabelece que a “República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

[...] A segunda cláusula é aquela constante do § 2º do art. 5º, ao estabelecer que os direitos e garantias expressos na Constituição brasileira “não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

A terceira e quarta cláusulas foram acrescentadas pela Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, constantes dos §§ 3º e 4º do art. 5º, que rezam, respectivamente, que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”, e “o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão” (2013, p. 227-228).

Desde a promulgação da Constituição Federal 1988, portanto, o Brasil tem adotado medidas importantes acerca da incorporação de instrumentos internacionais voltados à proteção dos direitos humanos. Flávia Piovesan (2011, p. 352) destaca que “o marco inicial do processo de incorporação do Direito Internacional dos

Direitos Humanos pelo Direito brasileiro foi a ratificação, em 1989, da Convenção contra Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.”

Dessa forma, a partir da Carta de 1988, diversos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos também foram incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro. Conforme compilação elaborada por Flávia Piovesan, destaca-se a ratificação:

a) da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, em 20 de julho de 1989; b) da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em 28 de setembro de 1989; c) da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 24 de setembro de 1990; d) do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, em 24 de janeiro de 1992; e) do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em 24 de janeiro de 1992; f) da Convenção Americana de Direitos Humanos, em 25 de setembro de 1992; g) da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em 27 de novembro de 1995; h) do Protocolo à Convenção Americana referente à Abolição da Pena de Morte, em 13 de agosto de 1996; i) do protocolo à Convenção Americana referente aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (protocolo de San Salvador), em 21 de agosto de 1996; j) da Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência, em 15 de agosto de 2001; k) do Estatuto de Roma, que cria o Tribunal Penal Internacional, em 20 de junho de 2002; l) do protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, em 28 de junho de 2002; m) do protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, em 27 de janeiro de 2004; n) do protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre Venda, Prostituição e Pornografia Infantis, também em 27 de janeiro de 2004; o) do protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura, em 11 de janeiro de 2007; p) da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, em 1º de agosto de 2008; e q) do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, bem como do Segundo Protocolo ao mesmo Pacto visando à Abolição da Pena de Morte, em 25 de setembro de 2009 (PIOVESAN, 2013, p. 55).

A Constituição de 1988 faz menção aos tratados de direitos humanos em seu artigo 5º, § 2º: “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Observa-se, portanto, a preocupação de inserir o país no sistema internacional de proteção dos direitos humanos.

A interpretação do parágrafo citado acima, no entanto, não é única entre doutrinadores do Direito. Pelo contrário, é alvo de incessantes debates, principalmente no que diz respeito à hierarquia que os tratados sobre a proteção dos direitos humanos têm e/ou deveriam ter no ordenamento jurídico brasileiro.

2.2 HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Como já comentado na seção anterior, há ampla discussão de doutrinadores brasileiros quanto à hierarquia dos tratados internacionais sobre direitos humanos no ordenamento brasileiro. A origem desse debate é o § 2º do artigo 5º da Constituição de 1988, cuja dicção passou a comportar várias interpretações, transformando-se em assunto controverso e dando margem a entendimentos diversos (GUERRA; EMERIQUE, 2009).

Essas discussões doutrinárias podem ser sistematizadas em quatro correntes acerca da hierarquia dos tratados de direitos humanos: a) corrente que atribui o caráter supraconstitucional dos tratados internacionais sobre a proteção dos direitos humanos; b) vertente que defende a natureza constitucional desses diplomas internacionais; c) o posicionamento que atribui paridade hierárquica desses tratados com lei ordinária; d) e, finalmente, a interpretação que reconhece o *status* supralegal aos tratados (MENDES, 2013; PIOVESAN, 2013).

2.2.1 Tese de supraconstitucionalidade dos tratados internacionais de direitos humanos

A vertente doutrinária que defende o *status* supraconstitucional dos tratados de direitos humanos leva em conta a principiologia internacional marcada pela força expansiva dos direitos humanos e por sua caracterização *jus cogens*, que são as normas peremptórias do Direito Internacional (MAZZUOLI, 2012).

Nessa direção, afirma André Gonçalves Pereira e Fausto de Quadros que,

De fato, à expressão “não excluem” não pode ser concedido um alcance meramente quantitativo: ela tem de ser interpretada como querendo significar também que, em caso de conflito entre as normas constitucionais e o Direito Internacional em matéria de direitos fundamentais, será este que prevalecerá. (apud PIOVESAN, 2011, p. 119).

No Brasil, o Ministro Celso de Mello também defendeu essa corrente, pois acreditava na preponderância dos tratados internacionais de direitos humanos em

relação às normas constitucionais, os quais não teriam poderes revogatórios perante as normas internacionais. Segundo o Ministro:

A Constituição de 1988, no parágrafo 2º do artigo 5º, constitucionalizou as normas de direitos humanos consagradas nos tratados. Significando isto que as referidas normas são normas constitucionais, como diz Flávia Piovesan. Considero esta posição como um grande avanço. Contudo sou ainda mais radical no sentido de **que a norma internacional prevalece sobre a norma constitucional**, mesmo naquele caso em que a norma constitucional posterior tente revogar uma norma internacional constitucionalizada. A nossa posição é a de que está consagrada na jurisprudência e no tratado internacional europeu de **que se deve aplicar a norma mais benéfica ao ser humano, seja ela interna ou internacional**. (apud GUERRA; EMERIQUE, 2009, p. 16, grifo nosso).

Com relação a essa tese, o Ministro Gilmar faz crítica ao afirmar que:

O argumento de que existe uma confluência de valores supremos protegidos nos âmbitos interno e internacional em matéria de direitos humanos não resolve o problema. **A sempre possível ampliação inadequada dos sentidos possíveis da expressão “direitos humanos” poderia abrir uma via perigosa para uma produção normativa alheia ao controle de sua compatibilidade com a ordem constitucional interna. O risco de normatizações camufladas seria permanente.** Mendes (2013, p. 218, grifo nosso).

O Ministro Gilmar Mendes considera, portanto, a inadequação dessa tese à realidade do Brasil, cujo regime jurídico está fundado no princípio da supremacia formal e material da Constituição. Além disso, enfatiza que entendimento diverso a esse anularia a própria possibilidade do controle de constitucionalidade dos tratados internacionais, pontuando que:

A experiência de diversos ordenamentos jurídicos, especialmente os europeus, demonstra que as Cortes Constitucionais costumam ser bastante cautelosas quanto à questão da apreciação da constitucionalidade de tratados internacionais.

[...] É nesse contexto que se impõe a necessidade de utilização de uma espécie de controle prévio, o qual poderia impedir ou desaconselhar a ratificação do tratado de matéria a oferecer ao Poder Executivo possibilidades de renegociação ou aceitação com reservas.

Essa ideia, apesar de todos os óbices do sistema brasileiro, já apresenta os elementos suficientes para a sua exequibilidade. (2013, p. 218-219).

2.2.2 Tese de constitucionalidade dos tratados internacionais de direitos humanos

Essa vertente defende que o § 2º do artigo 5º da Constituição é uma cláusula aberta de recepção de direitos enunciados em tratados internacionais de direitos humanos adotados pelo Brasil (MENDES, 2013). Os defensores mais renomados dessa interpretação, no Brasil, são Antônio Cançado Trindade, Flávia

Piovesan e Vallerio Mazzuoli. Para esses, a tese de constitucionalidade é a que melhor se coaduna com a sistemática internacional de proteção dos direitos humanos.

Segundo Flávia Piovesan,

Ao prescrever que ‘os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros direitos decorrentes dos tratados internacionais’, *a contrario sensu*, a Carta de 1988 está a incluir, no catálogo de direitos constitucionalmente protegidos, os direitos enunciados nos tratados internacionais em que o Brasil seja parte. Esse processo de inclusão implica a incorporação pelo Texto Constitucional de tais direitos. (PIOVESAN, 2011, p. 104).

Para fundamentar ainda mais essa tese, a mesma autora (2011) defende a natureza materialmente constitucional dos direitos fundamentais. Em seu entendimento, o § 2º do artigo 5º da Constituição, por si só, já confere valor jurídico constitucional aos tratados internacionais. Esses, para Piovesan, preenchem e complementam o catálogo de direitos fundamentais previsto pela Constituição, ampliando, por conseguinte, o “bloco de constitucionalidade”.

Nesse sentido, também argumenta José Joaquim Canotilho:

O programa normativo-constitucional não pode se reduzir, de forma positivística, ao ‘texto’ da Constituição. Há que densificar, em profundidade, as normas e princípios da constituição, alargando o ‘bloco de constitucionalidade’ a princípios não escritos, mais ainda reconduzíveis ao programa normativo-constitucional, como formas de densificação ou revelação específicas de princípios ou regras constitucionais positivamente plasmadas. (apud PIOVESAN, 2011, p. 107).

Flávia Piovesan (2011) fecha esse raciocínio lembrando que a Constituição não detém a pretensão da completude. “A incompletude da Carta aponta para sua abertura, o que permite a flexibilidade necessária ao contínuo desenvolvimento político” (2011, p. 108).

Havendo, portanto, essa abertura da Constituição e a paridade entre tratado de direitos humanos e normas constitucionais, em caso de conflito de normas, “deve o intérprete optar preferencialmente pela fonte que proporciona a norma mais favorável à pessoa protegida, pois o que se visa é a otimização e a maximização dos sistemas (interno e internacional) de proteção dos direitos e garantias individuais” (MAZZUOLI, 2012, p. 839).

Segundo essa tese, o regime brasileiro optou, assim, por um sistema misto, combinando regimes jurídicos diferenciados: um aplicável aos tratados de direitos humanos e outro aplicável aos tratados internacionais tradicionais. Esses últimos, ao

contrário dos primeiros, continuam com posição equivalente às das leis ordinárias (PIOVESAN, 2013; MAZZUOLI, 2012).

Apesar de essa vertente contar com inúmeros doutrinadores, diverge do atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal, não sendo, portanto, o entendimento jurisprudencial vigente no ordenamento jurídico brasileiro (BATISTA; RODRIGUES; PIRES, 2009).

2.2.3 Tese de infraconstitucionalidade dos tratados internacionais de direitos humanos

Essa corrente leciona que os tratados de direitos humanos, assim como os demais diplomas internacionais, poderiam ser concebidos como equivalentes às leis ordinárias.

Essa teoria foi defendida pelo STF no Recurso Extraordinário 80.004-SE, de 1977. A Corte, na decisão, entendeu que, ante conflito entre tratado e lei posterior, essa prevaleceria, porquanto se tratava de expressão última do legislador republicando – não obstante, as consequências do descumprimento do tratado na esfera internacional (REZEK, 2010).

Para Celso de Mello (apud PIOVESAN, 2011) essa decisão do Supremo Tribunal Federal vai contra a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969, que não admite a invalidação de tratado em razão de mudança de direito superveniente.

Flávia Piovesan fomenta crítica a essa decisão da Corte Suprema, ao ditar que:

A partir do julgamento do Recurso Extraordinário n. 80.004 enseja, de fato, um aspecto crítico, que é a sua indiferença diante das consequências do descumprimento do tratado no plano internacional, na medida em que autoriza o Estado-parte a violar dispositivos de ordem internacional – os quais se comprometeu a cumprir de boa-fé (PIOVESAN, 2011, p. 114-115).

Francisco Rezek, no entanto, leciona que:

Entenderam as vozes majoritárias que, faltante na Constituição do Brasil garantia de privilégio hierárquico do tratado internacional sobre as leis do Congresso, era inevitável que a Justiça devesse garantir a autoridade da mais recente das normas, porque paritária sua estatura no ordenamento jurídico (REZEK, 2010, p. 101).

Apesar de essa tese ter sido firmada em 1977, mantém-se, ainda, firme na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal o entendimento de que há paridade

hierárquica entre tratados internacionais em geral e as leis ordinárias (PIOVESAN, 2011). No entanto, essa jurisprudência tornou-se defasada em relação aos tratados dos direitos humanos, em razão da abertura cada vez maior do Estado constitucional a ordens jurídicas supranacionais (MENDES, 2013).

2.2.4 Tese de supralegalidade dos tratados internacionais de direitos humanos

A tese de supralegalidade defende que, ao não haver a possibilidade de os tratados internacionais confrontarem a supremacia da Constituição, os que tratam de direitos humanos deveriam obter uma posição especial no ordenamento jurídico brasileiro: abaixo da Constituição, mas acima das leis ordinárias (MENDES, 2013).

Esse posicionamento foi concebido, em 2000, com o voto do Ministro Sepúlveda Pertence, o qual teorizou sobre a possibilidade de os tratados de direitos humanos terem caráter supralegal, ao serem introduzidos no país (GUERRA; EMERIQUE, 2009).

À época, o Ministro, por ocasião do julgamento do RHC n. 79.785-RJ, ressaltou que:

[...] parificar às leis ordinárias os tratados a que alude o art. 5º § 2º, da Constituição, seria esvaziar de muito do seu sentido útil à inovação, que, malgrado, os termos equívocos do seu enunciado, traduziu uma abertura significativa ao movimento de internacionalização dos direitos humanos. Ainda sem certezas suficientemente amadurecidas, tendo assim a aceitar a outorga de força supralegal às convenções de direitos humanos, de modo a dar aplicação direta às suas normas sempre que, sem ferir a Constituição, a complementem, especificando ou ampliando os direitos e garantias dela constantes (apud PIOVESAN, 2011, p.122).

Sendo assim, essa tese consagra a natureza infraconstitucional, mas supralegal, dos tratados de direitos humanos, diferenciando-se dos tratados internacionais tradicionais. Para Piovesan, esse entendimento, significa divórcio da tese majoritária do Supremo Tribunal Federal a respeito da paridade entre tratados internacionais e leis federais (PIOVESAN, 2011, p. 123).

2.3 Emenda Constitucional n. 45 de 2004

O constituinte derivado, com o objetivo de dar termo à polêmica doutrinária e jurisprudencial referente à hierarquia dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, elaborou a Emenda Constitucional n. 45 de 2004, que inseriu no texto constitucional o § 3º ao artigo 5º (PIOVESAN, 2011):

Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Constituição Federal de 1988).

O debate, no entanto, não findou após a promulgação da emenda constitucional supracitada. Pelo contrário, suscitou, ainda mais, discussões concernentes à matéria.

No texto da emenda constitucional, ficou expresso que seria atribuído caráter constitucional àqueles tratados sobre direitos humanos que passassem por rito especial no Congresso Nacional; outras questões, porém, permaneceram sem resposta, como as relacionadas ao: a) o tratamento a ser conferido aos tratados internacionais de direitos humanos ratificados antes da Emenda Constitucional n. 45 de 2004 – ratificados por processo distinto; e b) àqueles tratados de mesma matéria que não atingissem o dito *quórum* qualificado. Nesse último caso, permaneceu a dúvida se continuariam exercendo *status* de lei ordinária (BATISTA; RODRIGUES; PIRES, 2009, p. 32).

O Supremo Tribunal Federal, diante de caso concreto de conflito entre a Constituição Federal e um tratado de direitos humanos, após longo debate, forneceu algumas dessas respostas, ao aderir entendimento no sentido da suprallegalidade dos tratados internacionais sobre proteção dos direitos humanos não submetidos aos termos da Emenda Constitucional n. 45 de 2004.

3 O RECURSO EXTRAORDINÁRIO 466.343-SP E A SUPRALEGALIDADE DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 466.343-SP, em 2008, proferiu decisão histórica, ao atribuir aos tratados de direitos humanos um

status normativo supralegal, independentemente da votação qualificada no Congresso Nacional especificada no § 3º do artigo 5º da Constituição (MENDES, 2013).

O caso referia-se a recurso extraordinário interposto por instituição financeira contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que havia decidido pela inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel, explicitando conflito entre a Constituição Federal de 1988 e dois tratados internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil está subscrito (MENDES, 2013; MARINONI, 2013).

A Suprema Corte negou, de forma unânime, o provimento ao recurso extraordinário, com base no artigo 7º, § 7º da Convenção Americana de Direitos Humanos³. Esse dispositivo proíbe a prisão civil por dívida, excepcionando apenas o caso de inadimplemento de obrigação alimentícia. Diferente, portanto, do artigo 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal de 1988⁴, que, embora também estabeleça a proibição da prisão civil por dívida, excepciona não somente a hipótese de devedor de alimento, mas também a de depositário infiel. (PIOVESAN, 2011).

O entendimento do STF, nesse caso, foi de reconhecer a predominância do valor da liberdade em relação ao valor da propriedade, tratando-se de prisão civil do depositário infiel, com ênfase na importância do respeito aos direitos humanos. A Corte entendeu, assim, que a prisão civil por dívida, no regime jurídico brasileiro, só pode ocorrer em caso de inadimplemento voluntário e inescusável de prestação alimentícia (PIOVESAN, 2011).

Na decisão, o Supremo Tribunal Federal também convergiu em atribuir um regime jurídico especial aos tratados de direitos humanos, distinto do aplicável aos tratados internacionais em geral (PIOVESAN, 2011). Até então, o entendimento do Tribunal era de que os tratados sobre direitos humanos tinham *status* de legislação ordinária, tal como os tratados internacionais tradicionais. Nesse sentido, expõe o Ministro Gilmar Mendes:

[...] a tese de legalidade ordinária, na medida em que permite ao Estado brasileiro, ao fim e ao cabo, o descumprimento unilateral de um acordo internacional, vai de encontro aos princípios internacionais fixados pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, a qual, em seu art. 27, determina que nenhum Estado pactuante ‘pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado’. (MENDES, 2013, p. 229).

³ “Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.”

⁴ “Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.”

Adicionalmente, nesse mesmo espírito de mudança de entendimento da Corte Suprema, Mendes (2013) e Marioni (2013) argumentam que a própria Constituição Federal de 1988 sinaliza para uma maior abertura constitucional ao direito internacional, por meio dos seguintes dispositivos constitucionais:

“a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando á formação de uma comunidade latino-americana das nações” (art. 4º, parágrafo único);
“os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (art. 5º, §2º); e
“os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais (art. 5º, §3º, Constituição Federal, 1988)”.

A divergência entre os ministros, no entanto, surgiu no que se refere à hierarquia que deveria ser atribuída aos tratados que tratavam da proteção dos direitos humanos. Os ministros remanesceram divididos entre as teses de supralegalidade e de constitucionalidade dos tratados de direitos humanos (PIOVESAN, 2011).

A tese prevalecente no julgamento foi a de supralegalidade. A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal entendeu que a referência constitucional a tratados de direitos humanos não lhes conferiu hierarquia de norma constitucional, embora tenha demonstrado uma preocupação maior com esses instrumentos internacionais.

O Ministro Gilmar Mendes, em seu voto, afirmou que:

Essa tese pugna pelo argumento de que os tratados sobre direitos humanos seriam infraconstitucionais, porém, diante de seu caráter especial em relação aos demais atos normativos internacionais, seriam dotados de um atributo de supralegalidade.
Em outros termos, os tratados sobre direitos humanos não poderiam afrontar a supremacia da Constituição, mas teriam lugar especial e reservado no ordenamento jurídico. (MENDES, 2013, p. 229-230).

Em suma, a partir desse entendimento, apenas os tratados internacionais de direitos humanos incorporados nos moldes do § 3º artigo 5º da Constituição, fruto da Emenda Constitucional n. 45 de 2004, são equivalentes às emendas constitucionais; os demais tratados internacionais de direitos humanos adotados pelo Brasil possuem hierarquia supralegal; já os tratados internacionais que tratam de outras matérias têm valor de lei ordinária (MARINONI, 2013, p. 64).

Essa decisão do Supremo Tribunal Federal não ficou isenta de críticas. Para Mazzuoli, por exemplo:

[...] a **tese de supralegalidade** dos tratados de direitos humanos não aprovados por maioria qualificada (defendida pelo Ministro Gilmar Mendes no RE no. 466.343-SP) **peca por desigualar tais instrumentos em detrimento daqueles internalizados pela dita maioria, criando uma “duplicidade de regimes jurídicos” imprópria para o atual sistema (interno e internacional) de proteção de direitos, uma vez que estabelece “categorias de tratados com o mesmo fundamento ético.** [...] Ao criar as “categorias” dos tratados de nível constitucional e supralegal (caso sejam ou não aprovados pela dita maioria qualificada), a tese de supralegalidade acabou por regular assuntos iguais de maneira totalmente diferente, ou seja, desigualou os “iguais”. (2009, p. 55, grifo nosso).

Pedro Lenza também critica esse posicionamento da Corte Suprema, ao lecionar que:

Embora sedutora a tese e, sem dúvida, fortalecedora do princípio da dignidade da pessoa humana, o grande problema parece-nos justificar (especialmente diante da nova redação conferida ao § 3º do art. 5º pela EC n. 45/2004) a possibilidade de ‘paralisar’ a eficácia das leis contrárias aos tratados ou convenções sobre direitos humanos, mas que encontrariam suporte de validade na própria Constituição, que continua estabelecendo, ao lado da prisão do devedor de alimentos, a do depositário infiel. (LENZA, 2011, p. 559).

A corrente doutrinária mais forte no sentido de argumentar contra a decisão do Supremo Tribunal Federal é aquela que entende que os tratados de direitos humanos devem ter, no ordenamento jurídico brasileiro, hierarquia constitucional, independentemente do rito previsto no § 3º do artigo 5º da Constituição.

No julgamento, a tese de constitucionalidade foi defendida pelo Ministro Celso de Mello, ao argumentar que os tratados de direitos humanos teriam caráter constitucional, independentemente de terem sido aprovados antes da Emenda Constitucional n. 45 de 2004. O Ministro defendeu que as convenções internacionais em matéria de direitos humanos, celebradas pelo Brasil antes da emenda, revestem-se de caráter materialmente constitucional, compondo o bloco de constitucionalidade (MARINONI, 2013, p. 63).

Flávia Piovesan e Cançado Trindade defendem a mesma posição do Ministro Celso de Mello, de que os tratados de direitos humanos não aprovados pela maioria qualificada do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, têm nível material constitucional. Essa seria, para esses, a tese que melhor se adequaria à sistemática internacional de proteção dos direitos humanos.

Flávia Piovesan (2011, p. 131) insiste na tese de que o § 3º do artigo 5º da Constituição reconhece explicitamente a natureza materialmente constitucional dos

tratados de direitos humanos, havendo, portanto, a existência de um regime misto no Brasil, que distingue os tratados de direitos humanos dos tratados internacionais em geral.

Mazzuoli segue a mesma linha de raciocínio de Piovesan, ao sintetizar que:

Tecnicamente, os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ratificados pelo Brasil já têm *status* de norma constitucional, em virtude do dispositivo no § 2º do art. 5º da Constituição, segundo o qual os direitos e garantias expressos no texto constitucional “não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”, pois na medida em que a Constituição não exclui os direitos humanos provenientes de tratados é porque ela própria os inclui no seu catálogo de direitos protegidos, ampliando o seu “bloco de constitucionalidade” e atribuindo-lhes hierarquia de norma. (2012, p. 852-853).

Em contraste a esses argumentos, Gilmar Mendes (2013) acredita que a discussão em torno do *status* constitucional dos tratados de direitos humanos foi, de certa forma, esvaziada pela promulgação da Emenda Constitucional n. 45 de 2004, já que essa trouxe a exigência de aprovação especial do Congresso Nacional para que os tratados sobre direitos humanos fossem equivalentes às emendas constitucionais. Nos dizeres de Mendes:

Em termos práticos, trata-se de uma declaração eloquente de que os tratados já ratificados pelo Brasil, anteriormente à mudança constitucional, e não submetidos ao processo legislativo especial de aprovação no Congresso Nacional, não podem ser comparados às normas constitucionais. (MENDES, 2013, p. 222)

Assim, de acordo com o Ministro (2013), para que os tratados de direitos humanos ingressem no ordenamento jurídico na qualidade de emendas constitucionais, é imprescindível que tenham sido aprovados tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Apesar de defender a tese de constitucionalidade dos tratados de direitos humanos, Flávia Piovesan reconhece que houve avanço no entendimento da Corte Suprema:

A decisão proferida no Recurso Extraordinário n. 466.343 rompe com a jurisprudência anterior do Supremo Tribunal Federal que, desde, 1977, por mais de três décadas, parificava os tratados internacionais às leis ordinárias, mitigando e desconsiderando a força normativa dos tratados internacionais. (PIOVESAN, 2011, p. 129-130).

Para Piovesan (2011, p. 130), esse julgado do Supremo constitui uma decisão paradigmática, “tendo a força catalisadora de impactar a jurisprudência

nacional, a fim de assegurar aos tratados de direitos humanos um regime privilegiado no sistema jurídico brasileiro”.

Portanto, em razão do caráter supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos, a legislação infraconstitucional posterior em divergência com eles tem sua eficácia paralisada (MENDES, 2013, p. 233). No que se refere especificamente à prisão do depositário infiel – tema do Recurso Extraordinário 466.343, desde a ratificação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, não há mais embasamento legal para sua concretização.

Apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal no dito recurso extraordinário, Gilmar Mendes (2013) clarifica que o legislador constitucional não está impedido de submeter a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – bem como outros tratados do mesmo ramo – ao procedimento especial de aprovação expresso no § 3º artigo 5º da Constituição. Assim, e somente assim, de acordo com o Ministro, poderia ser conferido *status* de emenda constitucional a esses instrumentos internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se, aqui, a discussão que envolve a hierarquia dos tratados de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, bem como a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, de que esses tratados, quando não submetidos ao rito especial do § 3º do artigo 5º da Constituição federal, possuem hierarquia supralegal.

Apesar de pertinente o argumento de alguns doutrinadores – como Flávia Piovesan, Valerio Mazzuolli e Cançado Trindade – e do Ministro Celso de Mello, no sentido de defender a hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos, as justificativas apresentadas pelo Ministro Gilmar Mendes são preponderantes.

A decisão do Supremo Tribunal Federal foi prudente e cautelosa, ao admitir o *status* de supralegalidade dos tratados de direitos humanos no regime jurídico brasileiro. Esse entendimento já é um avanço na efetivação dos direitos humanos no Brasil, uma vez que o posicionamento anterior era de que esses instrumentos tinham *status* de lei ordinária.

Nos dias atuais, o conceito de direitos humanos é amplo. Então, caso os tratados que cuidam dessa matéria fossem elevados à hierarquia constitucional – sem a votação qualificada exigida pelo § 3º do artigo 5º da Carta Magna –, surgiria de forma demasiada, no Poder Judiciário, questionamentos se determinado instrumento internacional é, ou não, tratado de direitos humanos. Além disso, poderia suscitar casos de insegurança jurídica.

Por outro lado, se os congressistas, no futuro, entenderem ser propícia a incorporação dos tratados de direitos humanos, independentemente de qualificação especial, podem modificar o texto constante no § 3º do artigo 5º da Constituição ou, ainda, elaborar um novo dispositivo, explicitando a hierarquia que esses diplomas internacionais passariam a receber no regime jurídico brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de Direito Internacional Público**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Curso de Direito Internacional Público**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BATISTA, Vanessa Oliveira; RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Série Pensando o Direito**. Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL), nº 5, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Secretaria Especial de Informática, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 466.343-SP, 2009.

Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), 1969.

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, 1969.

CORRÊA, Maurício. Discurso Inaugural do Ministro da Justiça. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (Org.). **A Incorporação das Normas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos no Direito Brasileiro**. 2 ed. San José, C.R.: Instituto Interamericano de Direitos Humanos, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Governo da Suécia (ASDI), 1996.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

GUERRA, Sidney; EMERIQUE, Lilian Balmant. **Série Pensando o Direito**. Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL), nº 4, 2009.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme. Controle de Convencionalidade (na Perspectiva do Direito Brasileiro). In: MARIONI, Luiz Guilherme; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Org.). **Controle de Convencionalidade: um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Uruguai**. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2013, p. 57-85.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 6 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

_____. **A Tese da Supralegalidade dos Tratados de Direitos Humanos**. In: Revista Jurídica Consulex, ano XIII, nº 295, 30 de abril, 2009.

_____. **Direitos Humanos, Constituição e os Tratados Internacionais: estudo analítico da situação e aplicação do Tratado na Ordem Jurídica Brasileira**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

MENDES, Gilmar Ferreira. A supralegalidade dos Tratados Internacionais de Direitos

Humanos e a Prisão Civil do Depositário Infiel no Brasil. In: MARIONI, Luiz Guilherme; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Org.). **Controle de Convencionalidade: um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Uruguai**. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2013, p. 213-258.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Temas de Direitos Humanos**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito e que se fizerem necessários, que isento completamente a Universidade Anhanguera-Uniderp, a Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes e o professor orientador de toda e qualquer responsabilidade pelo conteúdo e ideias expressas no presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Estou ciente de que poderei responder administrativa, civil e criminalmente em caso de plágio comprovado.

Brasília, 1º de agosto de 2014